



200

200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA.
**A INDÚSTRIA E O
FUTURO DO BRASIL.**



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO &
SUSTENTABILIDADE

O APRENDIZADO DA AMAZÔNIA



Marcelo Thomé

Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO) e CEO do Instituto Amazônia+21

Igapó-Açu fica no meio da BR-319, entre Porto Velho e Manaus. De cima da balsa que levava alguns carros e a minha motocicleta, me encantava com a beleza do rio de águas escuras, sem deixar de perceber, nas suas duas margens, as filas que se formavam, com outros carros e alguns caminhões esperando chegar sua vez de embarcar para fazer a travessia. Era mais uma ponte faltando na estrada que conecta as capitais de Rondônia e do Amazonas.

A exuberância da floresta era um espetáculo iluminado pelo sol do Norte, tanto que precisei de certo esforço para que a riqueza da paisagem não apagasse da minha memória a pobreza extremada que eu havia visto com resignação na comunidade de Igapó-Açu, onde 400 brasileiros viviam entregues à própria sorte, esquecidos na solidão daquele vasto mundo verde. A falta de qualquer infraestrutura social e logística impunha ali um atraso criminoso. Não havia escola nem hospital. O comércio precário não garantia sequer a oferta da cesta básica, com os poucos produtos vendidos a preços absurdos.

Igapó-Açu é distrito de Manicoré, mas a sede do município fica a mais de 700 quilômetros. Então, a cidade mais próxima a que se pode recorrer é Humaitá, a 430 quilômetros, mas me informaram que a viagem podia levar até três dias, dependendo das chuvas e da condição da estrada.

O desenvolvimento do país não se sustentará nos limites do Sul e do Sudeste. É urgente despertar para o potencial das outras regiões.

Essas memórias são da minha primeira viagem pelo interior da Amazônia, há mais de duas décadas, mas, até hoje, as coisas não mudaram muito em Igapó-Açu nem nas profundezas do interior da Amazônia. Vim jovem do Rio de Janeiro. Um arquiteto recém-formado decidido a trocar a cena urbana do litoral pela aventura de mergulhar em um Brasil desconhecido, inexplorado e à espera de uma ocupação civilizatória, para lhe integrar ao país a que pertence; espera longa, que remete aos tempos coloniais e que pouco havia avançado desde a “Marcha para o Oeste”, empreendida pelo Marechal

Cândido Rondon. Determinado a conhecer a Amazônia, rodei muito. Onde encontrava uma estrada, seguia seu rumo. Também fui aonde não havia estrada, trilhando caminhos difíceis.

Me estabeleci como empresário da construção civil em Porto Velho, servida pelo rio Madeira, acessível pela BR-364, com infraestrutura acima da média região, mas ainda longe do que exige o potencial da cidade. Morador da capital, viajei muito pelo interior de Rondônia. Como industrial, fui enxergando possibilidades de negócios sustentáveis para além do chão de fábrica, no chão da floresta.

Conto essa história para dizer que precisei frequentar diferentes realidades dentro do vasto território amazônico, acumulando todo um aprendizado de vida, para entender, com clareza, como as desigualdades regionais brasileiras prendem a Amazônia a um interminável ciclo de pobreza. Ano após ano, esse aprendizado também fez evoluir minha percepção do valor das nossas florestas.

A QUESTÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS

O mundo do século XXI aconselha a elite econômica brasileira, tanto quanto as nossas forças políticas, a

incluir a Amazônia no PIB nacional e dar protagonismo a essa região, que tem vocação e potencial para garantir a sustentabilidade de uma economia verde, ampliada em cadeias de produção estruturadas e distribuídas em todo o país, valorizando as vocações regionais. Por outro lado, parece absurdo o país simplesmente esquecer que a Amazônia Legal representa 59% do seu território. Mais da metade do mapa do Brasil permanece fora dos planos nacionais e do planejamento econômico de seguidos governos. Isso tem que mudar. A inclusão da Amazônia não será apenas um arranjo para o desenvolvimento regional, mas a possibilidade de um projeto de desenvolvimento sustentável brasileiro.

Para incluir o Norte e o Nordeste, o Brasil tem que enfrentar as desigualdades regionais. Sem essa mudança de atitude, o país vai manter grande parte da sua população sobrevivendo com problemas da agenda do século XIX, sendo o déficit de saneamento básico o mais gritante dos nossos males negligenciados. E os avanços que engendrar na direção do século XXI ficarão restritos aos polos de desenvolvimento mais consolidados do Sul e do Sudeste, agravando, portanto, as velhas desigualdades regionais.

O desenvolvimento do país não se sustentará nos limites do Sul e do Sudeste. É urgente despertar para o potencial das outras regiões.

Prioridade no orçamento público, incentivos fiscais e regimes tributários diferenciados para induzir investimentos nas Regiões Norte e Nordeste não podem continuar sendo taxados de paternalismo ou coisas mais preconceituosas. Na verdade, tais incentivos sequer existem, pelo menos no volume, na forma e na continuidade necessários. Antes de uma concessão da Federação, eles seriam o pagamento de uma dívida histórica inscrita na contabilidade social da Constituição de 1988.

Mais de 28 milhões de brasileiros vivem na Amazônia Legal, a grande maioria em condições de vida já inadmissíveis no início do século XX. Quanto mais entramos no interior da Amazônia, mais isso piora. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), divulgado em 2022 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), traz 33 cidades da região entre as 50 piores do país em desenvolvimento social. Sem uma política de integração econômica da Amazônia, o Brasil não terá lastro para cumprir as metas que o governo federal assumiu na COP-26, em Glasgow: zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050, com redução de 50% até 2030; diminuir em 30% as emissões de metano até 2030; e eliminar o desmatamento ilegal até 2028.

A interdependência entre meio ambiente, sociedade e economia para o desenvolvimento sustentável é a realidade do século XXI, e tudo isso é

afetado pelas desigualdades regionais. Agora entendo que a superação desse mal secular brasileiro passa pela inclusão e pelo protagonismo da Amazônia em um projeto nacional de desenvolvimento sustentável. Caso contrário, o Brasil morrerá nas praias do Sul.

A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

O Brasil esteve na Cúpula do Clima, em Glasgow, e se comprometeu a reverter perdas florestais em todo o seu território, especialmente na Amazônia. Assinou esse compromisso coletivo na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP-26), em conjunto com outros 100 países, entre os quais destaco os que conservam maiores áreas de florestas: Canadá, Colômbia, Indonésia, República Democrática do Congo e, claro, o nosso Brasil.

Ao anunciar que vai promover o desmatamento ilegal zero no Brasil até 2028, o governo federal fortalece a defesa da Amazônia e do desenvolvimento sustentável. Cada árvore salva, com sua função na captura e no estoque de carbono, é mais um ponto de apoio dos negócios sustentáveis. Para permanecer de pé, a Floresta Amazônica, detentora do maior patrimônio genético do planeta, precisa de investimentos e parcerias de empresas grandes, médias e pequenas, locais e transnacionais. E o seu manejo

A interdependência entre meio ambiente, sociedade e economia para o desenvolvimento sustentável é a realidade do século XXI, e tudo isso é afetado pelas desigualdades regionais.

tem que impactar positivamente a qualidade de vida dos 28 milhões de brasileiros que nela habitam.

No esforço para cumprir o Tratado de Glasgow e zerar o desmatamento ilegal, o Brasil precisa de uma mobilização que incentive a sustentabilidade socioeconômica na Amazônia, com desenvolvimento local e inclusão de comunidades. É imprescindível, também, a incorporação de novas tecnologias, inovação e formação profissional, estruturação de cadeias produtivas sustentáveis e investimentos em educação e associação de conhecimentos novos e tradicionais.

O Brasil precisa de uma mobilização que incentive a sustentabilidade socioeconômica na Amazônia, com desenvolvimento local e inclusão de comunidades.

Também fui à COP-26 junto com outros empreendedores que formam, comigo, um movimento empresarial da Amazônia, conectado à realidade do século XXI. Nossa ideia básica é associar sustentabilidade socioeconômica com a floresta e seus habitantes. A face prática desse movimento é o *Instituto Amazônia+21*, uma iniciativa de empresários da Amazônia com suporte da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e das nove federações das indústrias dos estados que compõem a Amazônia Legal Brasileira.

Com abordagem ESG (*sigla em inglês para Ambiental, Social e Governança*), o *Instituto Amazônia+21* surge para promover negócios sustentáveis na região e adequar empreendimentos já existentes à realidade, às demandas e às vocações da Amazônia.

Conhecemos as diferentes realidades nas sub-regiões da Amazônia e devemos afirmar que o desmatamento ilegal zero deve envolver o combate a todo um conjunto de atividades ilegais entranhadas no atraso – velhas práticas que, além da tragédia ambiental, tiram a dignidade de trabalhadores tragados para essa zona ilícita. Quem trabalha sério para produzir e gerar empregos na Amazônia, se submete a um complexo conjunto de leis, códigos e regulamentos. Isso tem um custo muito alto, mas é pelo diálogo com o Estado que tratamos conflitos, excessos e até abusos. Enquanto isso, as atividades ilegais escamoteiam o avanço sobre a floresta, a exploração predatória e a concorrência desleal contra empresas com responsabilidades social, ambiental e fiscal.

No caminho do desenvolvimento sustentável, o Brasil há que ter práticas inovadoras e valores rígidos. Os princípios ESG impõem compromissos socioambientais desafiadores para a jornada do *Instituto Amazônia+21*, que é mais uma iniciativa da indústria e do setor produtivo na direção da sustentabilidade. Grandes

indústrias nacionais reduziram emissões e implantaram modelos sustentáveis. A maioria das empresas, inclusive médias e pequenas, já adotam alguma prática ESG. A CNI publicou estudo indicando quatro eixos de migração para uma economia de baixa emissão: transição energética, economia circular, precificação de carbono e conservação de florestas.

O compromisso de zerar o desmatamento ilegal até 2028 traz boas expectativas, mas não se pode descuidar desse foco mais amplo e devastador para a imagem do Brasil e a vida na Amazônia: as atividades ilegais que contaminam rios, degradam terras e biomas, assassinam e roubam populações tradicionais. O prejuízo socioambiental é calculado em dezenas de bilhões de reais, sem considerar o custo da narrativa de que qualquer atividade mais arrojada na região é predatória e sem escrúpulos. Atividades sustentáveis, com tecnologias apropriadas, fiscalização e controle efetivo do Estado fortalecem o desenvolvimento sustentável e podem gerar ganhos para comunidades locais, em escala adequada, com qualidade de vida e justiça para os povos da floresta.

A conservação da Amazônia é dada como indispensável para a sustentabilidade do planeta. Disso não se pode discordar. Mas também não se muda o mundo sem mudar a vida de comunidades como aquela que conheci em Igapó-Açu.

TEMPO DE FAZER ESCOLHAS

Marcelo Thomé faz um apelo à razão, ao alertar para os erros de, por um lado, se tentar promover o progresso da região amazônica sem reconhecer a dívida histórica que o país tem para com os mais de 28 milhões amazônidas, que, em sua maioria, vivem hoje em condições precárias e, por outro, desprezar o custo ambiental, econômico e social de não preservar a floresta para as próximas gerações. Ele defende que a exploração da floresta deve ser feita com vistas a criar um polo mundial de bioeconomia na região para, a partir do uso de tecnologias de ponta, aproveitar as muitas potencialidades existentes no bioma amazônico. Contudo, esse movimento só se justifica se pelo menos parte dos frutos daí decorrentes retornarem para os habitantes da região, sobretudo na forma de empregos e renda.

A transição para a chamada “economia verde”, que está se desenhando no mundo, requer a incorporação da sustentabilidade na equação de um novo conceito de desenvolvimento. No caso específico da Amazônia, o grande desafio é transformar suas potencialidades econômicas em negócios sustentáveis, utilizando os produtos que a floresta em pé pode fornecer.

Ao viabilizar o desenvolvimento sustentável da região, com foco no aproveitamento de sua rica e imensa biodiversidade, o Brasil estará contribuindo, também, para o processo de descarbonização da economia mundial, que é um imperativo no contexto das mudanças climáticas que assombram o planeta. Esse é um dos ativos que o país tem para se tornar protagonista na era da “economia verde”. Entretanto, para aproveitar essa oportunidade, precisamos fazer as escolhas certas com relação ao presente e ao futuro daquela que é a maior floresta tropical do mundo.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA